

POLÍTICAS DE ACESSO E INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA EJA EM ANGOLA¹

Pedro David Quissongo²

RESUMO

Este artigo oferece uma análise das políticas de acesso e inclusão no sistema de ensino em Angola, focando nos desafios especialmente para o ensino de jovens e adultos. A pesquisa investiga o contexto histórico e social que envolve a educação no país, destacando tanto os esforços do governo quanto as barreiras que ainda persistem, como as desigualdades socioeconômicas, a deficiência de recursos e as infraestruturas deficientes. Por meio de uma abordagem qualitativa, foram realizadas análises documentais e bibliográficas, complementadas por uma roda de conversa com educadores selecionados, que trouxeram suas experiências e perspetivas. Os resultados revelam a necessidade urgente de uma articulação mais eficaz entre as políticas públicas e as realidades locais, ressaltando que estratégias inclusivas são fundamentais para atender às especificidades do ensino de jovens e adultos. Este estudo não apenas contribui para a compreensão dos obstáculos que dificultam a promoção da educação inclusiva em Angola, mas enfatiza a importância de ações concretas que asseguram não apenas o acesso à educação, mas também a sua qualidade, promovendo assim uma formação mais justa e equitativa para todos os/as cidadãos/ãs.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - Angola; programas de alfabetização; inclusão escolar; políticas públicas.

ABSTRACT

This article provides an analysis of access and inclusion policies in the education system in Angola, focusing especially on the challenges for the education of young people and adults. The research investigates the historical and social context surrounding education in the country, highlighting both government efforts and the barriers that still persist, such as socioeconomic inequalities, lack of resources and deficient infrastructure. Using a qualitative approach, documentary and bibliographic analyses were carried out, complemented by a discussion with selected educators, who shared their experiences and perspectives. The results reveal the urgent need for a more effective articulation between public policies and local realities, highlighting that inclusive strategies are essential to meet the specificities of the education of young people and adults. This study not only contributes to the understanding of the obstacles that hinder the promotion of inclusive education in Angola, but also emphasizes the importance of concrete actions that ensure not only access to education, but also its quality, thus promoting a more fair and equitable education for all citizens.

Keywords: Youth and Adult Education - Angola; literacy programs; school inclusion; public policies.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida.

² Bacharel em Humanidades e licenciando em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre as políticas de acesso e inclusão escolar para a educação de jovens e adultos em Angola tem emergido num contexto mais amplo, possibilitando uma avaliação das políticas educacionais que têm sido implementadas para incluir os grupos excluídos do sistema de ensino. Situação que sobremaneira me inquieta como cidadão angolano, e despertou meu interesse durante as experiências desenvolvidas no Estágio Supervisionado 4: Educação e Ensino de Jovens e Adultos, como estudante de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Neste sentido, o presente estudo não apenas destaca as especificidades da realidade angolana, mas também considera as diversas dimensões que afetam o acesso à educação para estudantes desta modalidade da educação básica.

A criação de políticas públicas para a educação é crucial para garantir que todos os indivíduos, independentemente da sua raça, gênero, idade, origem socioeconômica ou localidade, tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver. Os direitos humanos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a educação desempenha um papel crucial nesse processo.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), firmada em 2015, é um plano de ação global para promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões econômica, social e ambiental e estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar prosperidade para todos, sem comprometer o futuro do planeta até 2030. O objetivo nº 4 sobre a educação, que é o foco deste estudo, visa assegurar uma educação de qualidade “que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (ODS-4)³.

As metas propostas no Objetivo nº 4 orientam não apenas a obtenção de resultados de aprendizagem significativos e eficazes, mas também a promoção da alfabetização para a maior parte da população até o ano de 2030 (ONU, 2015). No contexto nacional, a Constituição da República de Angola⁴ (CRA) no artigo 79º aborda o direito à educação, cultura e desporto,

³ O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS-4) tem como propósito garantir uma educação inclusiva, justa e de alto padrão para todos, incentivando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. A educação é essencial para o crescimento individual e coletivo, tendo um papel fundamental na eliminação da pobreza e na promoção da igualdade entre os gêneros.

⁴ Angola está situada na costa do continente africano, ao sul da linha do Equador, no hemisfério ocidental, com uma área territorial de 1.246.700 km², constituída por 18 províncias, cuja capital é Luanda. A palavra Angola deriva do nome da etnia “Ngola”, atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo (Zau, 2002). Tem como língua oficial o português, além disso, há diversas línguas locais. A sua moeda é o Kwanza. Tornou-se independente do domínio português em 1975. Segundo os dados ilustrados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2021, o país tem uma população de aproximadamente 32 milhões de habitantes.

estabelecendo que o Estado angolano se compromete a “[...] promover o acesso de todos à alfabetização, ao ensino [...] estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei”, contudo, apesar dessa previsão constitucional, o acesso à educação ainda é um desafio significativo para a população adulta no país.

Para avaliarmos os progressos ou retrocessos no sistema de educação angolano em relação à implementação das políticas de acesso e inclusão, é essencial considerar diversas hipóteses que auxiliarão na compreensão desse cenário, como: o seu impacto, qualidade do ensino, infraestruturas escolares, inclusão de grupos vulneráveis e tecnologias. Assim, ao compreender as estratégias implementadas e as metas definidas, saberemos não apenas as transformações ocorridas e os progressos realizados, mas, sobretudo, os desafios que ainda precisam ser superados.

Diante destas reflexões iniciais, emerge a questão investigativa que norteia este trabalho: Quais são os principais desafios enfrentados em relação às políticas educacionais para o ensino de jovens e adultos em Angola, focadas no acesso e inclusão no sistema de ensino? Buscaremos também saber quais estratégias têm sido implementadas pelo governo para garantir o acesso universal ao ensino de jovens e adultos?

Esta pesquisa visa oferecer insights sobre o acesso e a inclusão de jovens e adultos no sistema educacional angolano, contribuindo para o conhecimento sobre essa realidade pouco explorada. Para responder à pergunta de partida, propomos como Objetivo Geral: Compreender os desafios das políticas educacionais para o ensino de jovens e adultos em Angola. E como Objetivos Específicos: a) Refletir sobre aspectos da educação angolana; b) Verificar os avanços, desafios e perspectivas das Políticas Educacionais em Angola, em especial no contexto da EJA; c) Analisar as percepções de docentes sobre as políticas educacionais para o ensino de jovens e adultos em Angola.

Considerando que a pesquisa científica é uma abordagem metodológica que envolve um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 2019, p. 17), nesse sentido, elegemos a abordagem qualitativa, por possibilitar a apreensão conhecimentos, fatos, ideias e opiniões acerca da temática do estudo. Como procedimentos para embasar as informações necessárias a pesquisa e dar suporte para a análise a ser feita, nos valemos da revisão bibliográfica, documentos legais e da técnica da Roda de Conversa, desenvolvida com um grupo de professores que atuam na área da educação. A escolha dos dispositivos de análise se deve ao fato de assegurar uma melhor compreensão acerca da temática do estudo. A pesquisa buscará embasamento teórico

em estudos acadêmicos, relatórios oficiais, recortes do YouTube e documentos legais relacionados às políticas educacionais em Angola.

Assim, temos: a Constituição da República de Angola, Lei de Bases do Sistema Educativo e Ensino, o Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola, Plano Nacional de Educação para Todos, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação também conhecido como Plano “Educar Angola”, Plano de Ação para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos - Plano EJA-Angola, Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização, entre outros documentos relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa, de forma a comparar o período proposto no trabalho.

A relevância deste trabalho se dá por investigar um assunto que aborda questões importantes para a compreensão da realidade educacional, política e cultural de Angola. Tal investigação permitirá compreender de que maneira essas políticas têm contribuído para a evolução da educação e identificar os aspectos que ainda requerem atenção. Destarte, esperamos que os resultados dessa pesquisa contribuam para o desenvolvimento de estratégias eficazes para o acesso e inclusão dos grupos marginalizados, promovendo assim uma educação igualitária para todos os cidadãos.

Quanto a organização e estrutura, este artigo está dividido em quatro seções distintas, sendo a primeira esta Introdução, na qual apresentamos um panorama geral do estudo, os objetivos e a metodologia aplicada. Na segunda seção, realizamos uma análise da organização e da estrutura do sistema educativo do país, avaliando sua configuração e os diferentes níveis de ensino. Essa abordagem nos permitiu entender de que maneira as influências históricas e as decisões políticas moldaram a configuração atual do sistema educacional. Na terceira seção, examinamos as políticas educacionais implementadas em Angola, enfatizando os progressos, os desafios e as perspetivas a curto e longo prazo. Com vistas a compreender o panorama educacional do país, bem como as iniciativas que têm sido adotadas para superar a situação atual e aprimorar a qualidade do ensino. Na quarta seção, abordamos as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para entender as políticas educacionais implementadas desde o início do milénio. Na quinta seção, utilizamos a Roda de Conversa como técnica de apreensão das percepções das/dos colaboradores da pesquisa, acerca das Políticas Públicas para a EJA em Angola. Por fim, nas Considerações Finais, apresentamos as reflexões apreendidas com o desenvolvimento do estudo.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA DE EDUCAÇÃO ANGOLANO

Os procedimentos de ensino em Angola, no período pós-independência, foram cruciais para a formação de uma nova nação, tanto política quanto economicamente distinta da do período colonial. Com a proclamação da independência em 1975, os objetivos imediatos do novo governo eram fornecer aos angolanos e angolanas educação técnica profissional para reverter os desafios impostos pela colonização (Liberato, 2), sendo que o país cheou a independência com uma taxa de analfabetismo de 85%, uma das mais altas já registradas no mundo (PNUD, 2002, p. 26).

Segundo Liberato (2014), o sistema de ensino português limitava-se a aprender a falar, ler e escrever em português, a dominar as regras básicas de matemática, conhecer a moeda, entre outras questões, uma vez que o ensino português não se limitava só à diminuição dos hábitos, costumes e cultura, mas também ao angolano em si (Gomes, 2012). Além disso, no ano da independência, a quantidade de escolas disponíveis no país era significativamente insuficiente, o que não atendia à demanda de escolarização dos estudantes. Ademais, as poucas instituições existentes careciam de infraestrutura adequada.

Essa situação levou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) a priorizar a educação como forma de corrigir os erros do colonizador. Contudo, diversos desafios foram enfrentados na promoção da educação em um país onde havia "[...] muitas pessoas em idade escolar que nunca frequentaram o sistema de ensino" (Ferreira, 2005, p. 111). Assim, foram implementadas políticas de alfabetizar os angolanos e angolanas que haviam sido excluídos do sistema educacional colonial.

Atualmente, os debates sobre o acesso à educação e à inclusão têm sido temas fundamentais para a promoção dos direitos fundamentais do ser humano. A mesma situação, pode se observar em aspectos como direito ao lazer, direito à saúde, direito à segurança, direito à moradia, direito ao saneamento básico e tantos outros. Ao observarmos as políticas educacionais do país a partir da “teoria de campos” de Pierre Bourdieu (1983, p. 89), é importante compreender que, para o autor, um campo “é um espaço social estruturado, com suas próprias regras e relações de poder”. O campo das políticas educacionais é um espaço de conflito entre agentes e instituições que buscam expressar sua ideologia, interesses e modos de atuação na definição de políticas públicas. Essa dinâmica reflete a complexidade das interações e das disputas que moldam o cenário educacional.

No caso de Angola, um mês após a independência, o MPLA buscou consolidar seu domínio neste campo, nacionalizando a educação e estabelecendo diretrizes educativas em

conformidade com sua ideologia. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2003, sobre o analfabetismo no país, verificou-se que, apesar de já terem se passado 28 anos de independência, “[...] mais da metade das mulheres chefes de agregados familiares não sabia ler nem escrever” (INE, 2003, p. 31)

O Sistema Educativo angolano passou por diversas transformações ao longo dos anos. A partir do período pós-independência, várias reformas educativas aconteceram: a primeira ocorreu em 1978 que foi um marco significativo na reconstrução do sistema educacional pós-independência, orientada pela necessidade de erradicar o analfabetismo e promover a educação de base para todos/as cidadãos e cidadãs. Esta reforma visava a centralização do currículo e a implementação de um sistema educacional unificado que refletisse os valores e objetivos do recém-estabelecido governo socialista em Angola. Além disso, buscou alinhar a educação ao desenvolvimento econômico e social, preparando recursos humanos qualificados para atender às demandas do país. O impacto dessa reforma foi fundamental para a estruturação do sistema educacional angolano, embora desafios persistissem devido a limitações infraestruturais e conflitos regionais.

Posteriormente, em virtude da 3^a revisão constitucional, tivemos a reforma de 2001, e foi criada a primeira Lei de Bases do Sistema de Educação – LEI nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001 a qual em 2016 foi revogada, passando a ser conhecida como Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE). Esta alteração teve como objetivo expandir a educação em todo o país, promovendo o acesso universal ao ensino e buscando a melhoria da qualidade educacional (Ferreira, 2018, p. 64).

Por fim, a reforma de 2020 criada pela LEI nº2/2020, de 10 de fevereiro, a qual está em vigência, que introduziu avanços significativos, como a ampliação do acesso à educação, o aprimoramento da qualidade do ensino e da aprendizagem em todos os níveis, além do investimento na formação de jovens e adultos. Essas reformas refletem um processo contínuo de evolução do sistema educacional, visando a universalização e a qualificação do ensino no país. Cabe salientar que neste estudo, nos embasaremos nas reformas educativas implantadas a partir de 2001, considerando a importância e seus impactos no sistema de educação angolano.

A reforma de 2001 introduziu novas estratégias para dar impulso à criação de novos programas, bem como à reconstrução e construção de novas escolas em todo o país, e em todos os níveis, pois inclusão educacional não se limita apenas à integração física dos/das estudantes nas escolas, mas também ao estabelecimento de um ambiente de ensino que honre e valorize a diversidade um sistema que não apenas capacita indivíduos, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Esta reforma teve um papel fundamental na expansão do acesso à educação, por meio da construção de novas escolas e da ampliação do número de vagas disponíveis (Silva, 2018) num contexto em que os desafios sociais e econômicos são preponderantes, e a promoção de um sistema educativo robusto torna-se essencial para a mitigação da pobreza e promoção da inclusão social. Para enfrentar esses desafios, a reforma estabeleceu objetivos claros, incluindo a ampliação do ensino primário de quatro para seis anos, a expansão da rede escolar, a extensão da monodocência e a modernização do sistema educacional com inovações pedagógicas (Isaac Paxe, 2014).

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola – LEI nº 32/20, a legislação mais atualizada até então, dispõe no artigo 10 - Secção I do Capítulo III - sobre a organização e a estrutura educativa de Angola da seguinte maneira: Subsistema de Educação Pré-Escolar, Subsistema de Ensino Geral, Subsistema de Ensino Técnico Profissional, Subsistema de Formação de Professores, Subsistema de Ensino Superior, Subsistema de Educação de Adultos. No Artigo 55º da referida legislação, a instrução primária para adultos está estruturada em dois ciclos, organizando-se da maneira a seguir, conforme ilustrado no quadro 01:

Quadro 1 - Estrutura do Subsistema de Educação de Jovens e Adultos em Angola

Nível/Tipo de Ensino	Ciclos/Classes	Idade dos Alunos	Descrição
Ensino Primário de Adultos			
Alfabetização	1ª e 2ª classe	A partir de 15 anos	Ciclo inicial para alfabetização de adultos
Pós-Alfabetização	3ª, 4ª, 5ª e 6ª classe	A partir de 17 anos	Continuação do ensino primário
Ensino Secundário de Adultos			
1º Ciclo do Ensino Secundário Geral	7ª, 8ª e 9ª classe	Não especificado	Ensino secundário geral, primeiro ciclo
2º Ciclo do Ensino Secundário Geral	10ª, 11ª e 12ª classe	Não especificado	Ensino secundário geral, segundo ciclo
Formação Profissional Básica	7ª, 8ª e 9ª classe	Não especificado	Formação profissional básica integrada ao 1º ciclo
Ensino Secundário Técnico	10ª, 11ª, 12ª e 13ª classe	Não especificado	Ensino técnico de nível secundário

Fonte: (LBSEE, 2020).

O mesmo artigo assegura ainda que o ensino primário de adultos deve ser adaptável em termos de conteúdo, metodologias de ensino, avaliação, bem como a duração das aulas de acordo com as características, necessidades e desejos dos beneficiários (LBSEE, 2020). É previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação a longo prazo, abreviadamente “Educar Angola - 2030”, aumentar as campanhas de alfabetização em todo o país e desenvolver planos para combater o analfabetismo de adultos, garantindo que todos tenham acesso ao ensino geral e técnico profissional em regime de adultos (PNDE, 2015).

É importante destacar que a LBSE possibilitou um crescimento significativo nos sistemas de ensino e em outras áreas, em especial no setor econômico. Esse documento foi criado com o objetivo de proporcionar as condições mais apropriadas para a aplicação das políticas educacionais e garantir o acesso livre à educação de qualidade, mas, sobretudo, inserir Angola como referência educacional no contexto regional e internacional (PNUD, 2002).

Conforme mencionado na CRA (2010), a última revisão constitucional consagrou a “democracia multipartidária, bem como as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”. Porém, apesar de terem se passado vários anos desde a promulgação da atual Constituição (2010), é necessário reconhecer que ainda há requisitos fundamentais relacionados aos “direitos” que garantem os “direitos humanos” a serem assegurados, como o direito à educação, que não têm sido plenamente cumpridos.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM ANGOLA: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A discussão sobre políticas de acesso e inclusão no sistema educacional tem sido tema fundamental nas discussões de desenvolvimento da educação. O MED implementou diversas estratégias no âmbito de “Educação Para Todos”, que definiu, por meio da criação de um quadro jurídico de ação, que determina a LBSEE como instrumento regulador do sistema educacional do país. Em contrapartida, estabeleceu como prioridades a acessibilidade, a igualdade e a excelência na educação.

Este processo inclui reformas curriculares, ampliação de infraestrutura escolar, formação contínua de docentes e a promoção de um sistema inclusivo e equitativo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Essas medidas refletem um compromisso estratégico do governo angolano em consolidar um sistema educacional moderno, eficiente e acessível a toda a população.

Segundo Filipe Zau (2002), a “[...] nova política educativa procurava, fundamentalmente, corresponder aos anseios e às necessidades da consolidação da independência”, principalmente aos desafios da guerra civil que assolou o país durante 27 anos, desde a independência em 1975 até 2002. Já para Nguluve (2010, p. 55), a nova configuração do sistema educacional “[...] partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdou do Estado colonial”, um sistema classificado como ineficaz, limitado e voltado culturalmente para a dominação da cultura portuguesa.

Com a segunda Reforma Educativa os objetivos centrais consistiram na promoção da estabilidade, crescimento e valorização da população angolana. Por outro lado, esta reforma foi criada com o objetivo de promover a alfabetização e escolarização de todos os cidadãos angolanos que, em virtude da guerra civil e outras circunstâncias, não tiveram acesso ao ensino formal (PND, 2001).

Gordon (1977, p. 28 *apud* Codd, 1988), explica que a análise da política educativa pode ter duas formas: uma que determina a construção da política pública (oficial) e seus efeitos em vários grupos; e a outra centrada no conteúdo da política - examinando-se os valores, pretensões e ideologias subjacentes ao processo político. No caso deste estudo, nos baseamos na primeira forma, analisando a construção e os impactos destas políticas educacionais nos diferentes grupos. O que nos permitiu uma compreensão mais ampla sobre os avanços e os desafios na efetivação das políticas educacionais.

Celina Sousa (2003, p. 13) fornece definições acerca do que seriam políticas públicas, afirmando que se trata de “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...].” O processo de formulação de políticas públicas pode ser compreendido como a etapa na qual os governos apresentam seus planos na forma de programas e ações, os quais visam gerar resultados ou promover as mudanças almejadas no país.

Em relação às políticas educacionais, pode-se argumentar que elas têm um papel fundamental na construção e evolução da sociedade, ao orientarem a estrutura e a qualidade do ensino. Segundo Azevedo (2004, p. 38), “[...] as políticas públicas educativas envolvem um processo de planejamento, formulação, implementação e avaliação de ações governamentais para atender às demandas da sociedade em relação à educação”. Sendo que as políticas educacionais não apenas refletem as demandas sociais, mas também moldam as oportunidades de aprendizagem e inclusão, influenciando diretamente o futuro dos indivíduos e, consequentemente, o progresso coletivo.

Compreendemos que as políticas educacionais são essenciais para assegurar o acesso e a inclusão no sistema educacional a todas as pessoas, sem distinção de sexo, raça, idade ou condição socioeconômica. Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental criar políticas para à melhoria da qualidade da educação e devem ser planejadas e executadas de forma a garantir um ambiente educativo mais eficaz, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Neste contexto, o objetivo nº 4 da Agenda 2030, assegura que todos os países se comprometeram a “[...] aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ODS-4, 2015). O mesmo documento acrescenta ainda que os países devem oferecer “acesso livre, equitativo e de qualidade”, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes até o ano de 2030, e que uma grande parte dos jovens e adultos seja alfabetizada.

É importante destacar que o PNDE enfatiza a relevância da educação de jovens e adultos (EJA) como um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais. (LBSEE, 2001). Ainda assim, vários obstáculos foram identificados para o êxito de um plano que aparentava ser promissor. Entre as dificuldades identificadas, destacam-se: a insuficiência de investimento em infraestrutura escolar, a deficiência de recursos financeiros no setor, bem como a carência de materiais pedagógicos, a formação continuada dos docentes e a supervisão educacional.

No bojo destas discussões, é importante destacar que, conforme dados do Ministério da Educação (MED), foi realizada uma avaliação de curto prazo após a implementação do Plano de Ação Nacional de Educação Para Todos (PAN-EPT), entre 2001 e 2005, com o objetivo de diagnosticar a situação da educação no país em 2006, com destaque para a questão do analfabetismo. Como resultado desta avaliação, foram identificadas várias dificuldades na execução das ações prévias, principalmente na educação de jovens e adultos, a saber: precária qualidade de professores(as), falta de equipamentos de ensino, não acompanhamento e controle da ação educativa, indisponibilidade de meios financeiros, falta de infraestruturas (INE, 2007).

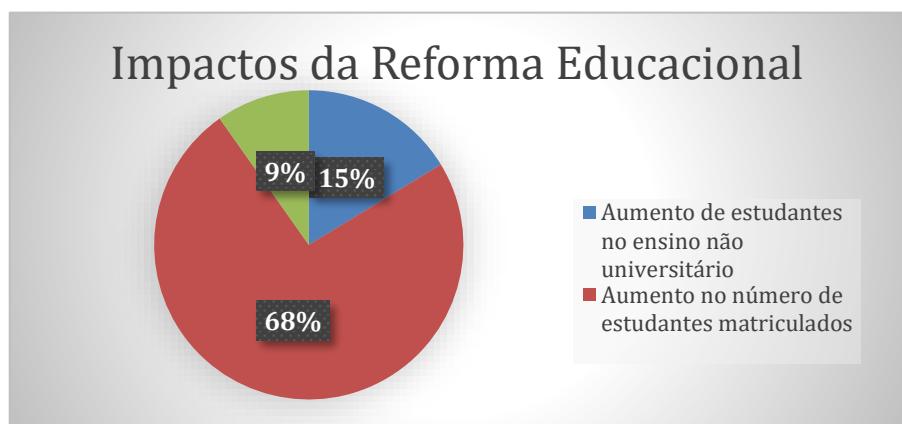
Ainda segundo esta avaliação, estimava-se que 26% da população com mais de 15 anos de idade não sabia ler nem escrever, havendo outras estimativas que apontavam para 50%, e que a taxa de escolarização do ensino básico se situava nos 57%. A não oferta de emprego e a insuficiência de recursos para produção acadêmica também se apresentaram como fatores relevantes. É importante garantir que as escolas estejam adequadamente equipadas com salas

de aula, laboratórios, bibliotecas e tecnologias educacionais para atender às dinâmicas de ensino e aprendizagem.

No ano de 2014, foi realizado pelo INE, o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola (RGPHA), com o objetivo de verificar os impactos das políticas públicas implementadas. No âmbito educacional, foram verificados avanços notáveis na qualidade do ensino, resultando no crescimento da taxa de alfabetização de adultos. Além disso, algumas salas de aula incorporaram tecnologias, preparando os/as estudantes para um mundo progressivamente mais digital. Os resultados do censo apontaram também, avanços quanto a valorização do corpo docente, por meio de investimentos em formação continuada e melhoria das condições laborais. Observa-se um crescimento no número de estudantes matriculados na educação básica, acompanhado por uma elevação na taxa de escolarização. Além disso, houve incremento tanto no quantitativo de instituições de ensino quanto no contingente de docentes, conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016).

Tais informações são ilustradas no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Crescimento no setor educacional resultante da criação da LBSE (2001)



Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa com base nos dados do INE (2016)

Apesar de vários dados positivos terem sido identificados, os indicadores coletados no censo também indicaram aspectos negativos. No ensino geral, observou-se que somente 77% dos indivíduos entre 15 e 24 anos sabiam ler e escrever, considerando uma população composta por 84% de homens e 70% de mulheres. Foi constatado que 25% dos jovens não concluíram o Ensino Primário. Além disso, cerca de 1,8 milhão de crianças entre 6 e 15 anos estavam fora do sistema de ensino, o que corresponde a aproximadamente 40% desse grupo etário (INE, 2016).

Gráfico 2 - Indicadores sobre a alfabetização dos jovens entre 15 a 24 anos



Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa com base nos dados do INE (2016).

Essa exclusão ocorre principalmente nas áreas rurais e é na transição entre o Ensino Primário para o Ensino Secundário do Primeiro Ciclo, onde se registrou um alto índice de abandono escolar. Vale destacar que as maiores taxas de exclusão escolar foram verificadas nas províncias de Lunda Norte (48%), Lunda Sul (46%) e Moxico (44%) (INE, 2016, p. 148).

Pode-se afirmar que houve, com a 2ª Reforma Educativa, avanços significativos no processo de alfabetização em Angola, pois a taxa de alfabetização subiu para 42,4%, sendo que, o ano de 2011 corresponde ao pico mais alto deste aumento, com 28.476 alfabetizados (PNDE, p. 45, 2015).

Em virtude ao diagnóstico realizado, espelhado no PNDE, se estabeleceu a Programação das Ações e das Medidas de Políticas Educacionais, onde foram definidas as projeções para o ano de 2030, através de uma abordagem integrada, que contempla: a equidade no acesso ao ensino, a inclusão e o aproveitamento escolar, a qualidade na aprendizagem do aluno, as questões do gênero, as crianças fora do sistema de ensino, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), a erradicação do analfabetismo e da iliteracia, a aprendizagem das línguas nacionais, o ambiente escolar saudável e seguro, a qualidade técnica e pedagógica do professor e formação continuada, os materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos escolares, a ligação dos professores e dos alunos à escola, a iniciação ao empreendedorismo (PNDE, 2015, p. 3).

É importante entender que a implementação de novos programas educacionais seja sempre acompanhada pela contratação de novos professores e construção de novas escolas. Assim como no investimento na formação e capacitação de docentes, com vistas a aprimorar suas habilidades pedagógicas e fomentar métodos de ensino eficientes. Também é crucial que

essas políticas públicas sejam fundamentadas em pesquisas e estudos para assegurar um alicerce robusto para as decisões e ações no âmbito educacional. Com a criação de políticas públicas e investimentos apropriados, podemos estabelecer um sistema de ensino mais inclusivo e de alto padrão em Angola.

4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EJA EM ANGOLA

As políticas educacionais portuguesas tiveram consequências na escolarização dos angolanos. Além disso, o conflito político-militar e o cenário socioeconômico do país deixaram marcas no setor educacional, o que resultou em atraso escolar para os angolanos e angolanas. O que impactou de forma negativa o processo de recuperação e estabilização econômica e social, dificultando o progresso do país (Pera, 2012).

A discussão sobre a inclusão de jovens e adultos no sistema educacional de adultos implica aceitar a ideia de que eles sempre foram marginalizados. De acordo com Angelina Mattar Matiskei (2004, p. 187), inclusão e exclusão “[...] são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar”.

É mister destacar que os direitos humanos são essenciais para cada pessoa, e cabe ao Estado buscar meios para assegurá-los, bem como soluções com vistas a superar as barreiras sociais que impedem o exercício desses direitos, inclusive o de aprender. O Ministério da Educação (MED) reconheceu este direito fundamental ao lançar a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015). O documento destaca a importância de promover melhorias no sistema educacional, especialmente no ensino básico e educação de adultos, visando a universalização da alfabetização e o acesso à educação de qualidade para todos:

[...] as elevadas taxas de analfabetismo são um dos mais sérios desafios que o país enfrenta. O fato de, em Angola, uma grande proporção de mulheres ser analfabeta tem implicações particularmente graves no bem-estar das famílias, sendo, por conseguinte, uma das principais barreiras para a sua ascensão socioeconômica (MED, 2001, p. 18).

Cabe salientar que, em 2005, o Ministério da Educação reconheceu a existência de atraso educativo na população do país e garantiu iniciar programas de alfabetização. Na época,

Angola estava entre os países com “[...] as mais elevadas taxas de analfabetismo literal e de subescolarização” do mundo (MED, 2006, p. 4), pondo em evidência a seriedade da situação educacional, espelhando não só os obstáculos que o sistema educacional tem enfrentado, mas sobretudo suas consequências diretas no progresso do país.

Em 2007, entrou em vigor o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE), com seus objetivos delimitados para 2015. Destaca-se que o PAAE foi criado em 2002, porém só entrou em vigor 5 anos depois. O PAAE foi criado com dois elementos fundamentais: primeiro, a classe de aceleração, para a recuperação de atraso escolar em crianças até a idade de 14 anos, segundo, ensino primário de adultos a partir dos 15 anos (MED, 2019, p. 9).

O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) é uma ação crucial na luta contra o analfabetismo, principalmente para promover a inclusão educacional e proporcionar oportunidades de aprendizado a todos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade apropriada. Este programa foi fundamental para o progresso educacional do país, pois tem como objetivo não só a alfabetização, mas também a aceleração do processo de escolarização, possibilitando que os participantes concluam o ensino fundamental de maneira rápida e eficaz.

O PAAE implementou cinco métodos essenciais para a alfabetização, a saber: *Sim, Eu Posso*, desenvolvido pela cooperação cubana (Luanda, Benguela, Huambo e Bié); *Dom Bosco*, desenvolvido pela congregação dos salesianos da igreja católica (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene e Kwanza Norte). Kubango, K. Norte, K. Sul, Luanda, L. Norte, L. Sul, Malange e Moxico); *Alfalit da Alfalit Internacional* (Huambo, Luanda, Kwanza Sul, Lunda Sul, Moxico e Bié); *aplica* da associação angolana de educação de adultos (Luanda, Bengo e Kwanza Sul); *Gostar de Ler e Escrever* do Ministério da Educação, em todas as províncias.

Contudo, os objetivos delineados nestes programas em uma primeira fase não foram plenamente alcançados, isso porque era pouco o número de profissionais adequadamente formados para lecionarem de uma forma eficaz, insuficiência de verbas, falta de pagamentos dos professores, o que de certo modo fazia com que a aplicabilidade destes não se efetivasse. Além disso, é importante promover uma abordagem mais prática e voltada para a aplicação do conhecimento, de forma a preparar o aluno para os desafios do mercado de trabalho e da vida em sociedade. Estas iniciativas, como “[...] desenvolvimento de materiais didáticos, programas integrados e flexíveis, modalidades de aprendizagem acelerada”, entre outros, constituem a base para a formação e qualificação técnico-profissional de adultos, aspectos que são essenciais para o desenvolvimento do país (PDN, 2012).

No que se refere ao currículo formal para a EJA, o qual é aplicado somente a partir do primeiro ano do primeiro ciclo, para a modalidade regular, os principais componentes curriculares são: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês/Francês), Matemática, Biologia, Física, Química, Geografia, História, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Plástica e Educação Laboral (Miranda, 2023, p. 174).

Por outro lado, o que é proposto pelo currículo formal não reflete as necessidades do currículo real, além da obrigatoriedade na capacitação em línguas estrangeiras no primeiro ano do ciclo inicial da EJA, como inglês e francês, bem como a rigidez metodológica dos/as professores/as, têm sido um desafio para os/as estudantes, tanto da EJA, quanto para os/as estudantes do ensino regular. Fatores que contribuem muitas vezes, que concluem o primeiro ciclo sem adquirir a maioria das qualidades e habilidades esperadas.

Pensar em um currículo para jovens e adultos, demanda que se considere a realidade dos/as discentes, tendo como ponto de partida, práticas pedagógicas, com metodologias e materiais didáticos adequados às suas necessidades e à formação de professores condizentes com a especificidade da EJA. Santos (2017) argumenta a necessidade de revisar e atualizar os currículos, incorporando uma educação mais afrocentrada e também conteúdos relevantes e alinhados às necessidades contemporâneas, bem como habilidades digitais, empreendedorismo e cidadania.

Cabe salientar que, em Angola, frequentemente os recursos pedagógicos são universais para todo o território nacional. A falta de representatividade regional nos currículos e materiais didáticos, cria a percepção de que os conteúdos são projetados sem considerar o público-alvo, sua diversidade e especificidades. Além de seu contexto, negligenciando as necessidades e realidades de outras regiões, o que contrasta com a proposta de ensino contextualizado prevista nos objetivos dos planos.

Torna-se essencial que o Ministério da Educação reavalie a durabilidade dos recursos pedagógicos, ao manter os mesmos livros por uma década, sem revisão ou atualização, pode resultar em uma estagnação do conteúdo, impedindo que os/as estudantes se adaptem às transformações e progressos da sociedade.

[...] apresentar os mesmos modos, comportamento e, sobretudo, seguir a mesma agenda científica e tecnológica do ocidente seria, no mínimo, contraproducente para as nossas sociedades. Imitando, os cientistas e os intelectuais africanos bebem o cânon inteiro da ciência tal e qual ele é praticado no ocidente, sem antes se preocuparem com a questão se as tecnologias e o saber científico respondem de modo apropriado aos problemas que os países africanos enfrentam (Castiano, 2005, p. 7).

O Sistema de Ensino angolano, especialmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), aparenta estar centrado na transmissão de conhecimento, onde o/a estudante é visto como receptor passivo, e não como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Nesta esteira, Collins e Bilge (2021, p. 241) refletem que uma “[...] característica pedagógica fundamental para a consciência crítica diz respeito à centralidade do diálogo entre as diferenças de experiência e poder para criar conhecimento [...] a aprendizagem implica compartilhar conhecimento com uma comunidade de educandos e educandas”. O que, para as autoras, promove interação e produção de conhecimentos relevantes, e uma melhor qualidade na formação acadêmica escolar.

É importante considerar que, frequentemente, a habilidade em português padrão é exigida para o progresso profissional e o acesso a oportunidades sociais e acadêmicas. A prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA), particularmente a partir do Segundo Ciclo, frequentemente se limita ao conteúdo dos livros didáticos, o que resultaria na exclusão de homens e mulheres que não falam o português.

Há em Angola a obrigatoriedade do ensino e aprendizagem na língua portuguesa e não há o mesmo empenho ou rigorosidade no que diz respeito ao ensino a partir das línguas nacionais ou maternas que são garantidas por lei. Principalmente nas zonas rurais, onde geralmente os/as alfabetizados/as têm habilidades limitadas de se comunicarem na língua portuguesa. No entanto, esta estratégia pode de alguma forma atender às demandas de um(a) estudante da capital do país, mas não satisfazer completamente os/as estudantes das zonas rurais, o que em algumas situações, o/a professor/a é obrigado/a a simplificar demais o conteúdo, já que parte do material adotado é adaptado do ensino primário regular.

Emerge desta situação, o desafio crucial para a educação escolar, quanto a descolonização dos currículos; o que envolve não apenas a flexibilização das matrizes curriculares, mas também a ressignificação do conteúdo, adaptação de materiais pedagógicos e a promoção de um diálogo efetivo entre a escola e a realidade social do país. Conforme destacado por Gomes (2012, p. 102):

[...] descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares na alfabetização, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. A questão está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento.

A formação de professores reflexivos e a valorização das culturas marginalizadas são fundamentais nesse processo. A relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento precisa ser reconfigurada para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa. É essencial repensar os currículos para que reflitam as necessidades e perspetivas dos diversos grupos sociais.

No cenário destas discussões, cabe destacar que o Decreto Presidencial nº 86/12 de 16 de maio de 2012, aprovou o Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização (PERA), uma estratégia de relançamento da alfabetização e a recuperação do atraso escolar. O Plano atualizou o PAAE com seus resultados delimitados até 2017, tendo como propósitos: o crescimento dos níveis educativos de jovens e adultos, redução dos índices de analfabetismo literal e funcional, integração do processo de alfabetização nos programas de desenvolvimento rural e contribuição no combate à fome e à pobreza (PERA, 2012). Além de incentivar as empresas públicas e privadas a criarem condições para aumentar os níveis de escolarização dos seus trabalhadores, com o apoio técnico e metodológico do MED.

[...] as empresas públicas e privadas que no seu seio tenham trabalhadores analfabetos ou subescolarizados no sentido de providenciarem condições humanas e técnicas necessárias para aumentar, nos respetivos locais de trabalho, os níveis de escolarização dos seus trabalhadores, ficando o MED com a responsabilidade de acompanhamento, apoio técnico e metodológico. As referidas empresas obrigam-se a encontrar incentivos internos para os alfabetizadores. (PERA, 2012, p. 5).

Contudo, a proposta do Ministério da Educação de transferir a responsabilidade pela alfabetização de trabalhadores que não sabiam ler nem escrever para as empresas públicas e privadas é questionável. Considerando que as aulas geralmente ocorrem antes do início do expediente, trabalhadores/as em condições de pobreza poderiam enfrentar dificuldades adicionais, como a necessidade de conciliar o trabalho informal ou outras responsabilidades antes do turno oficial. Além disso, a possibilidade de diminuição do salário por parte de algumas empresas para custear os programas de alfabetização agravou ainda mais a situação dos/as trabalhadores/as.

Compreendemos que para se ter um programa de alfabetização eficiente, é essencial que a responsabilidade primária na educação fique a cargo do MED, para desenvolver políticas mais abrangentes e inclusivas para erradicar o analfabetismo. Embora a taxa de analfabetismo tenha caído consideravelmente, alguns elementos condicionantes desse plano, que parecia ser eficaz, continuam a existir: a insuficiência de recursos financeiros destinados para o ensino de

adultos, dificuldade administrativa, principalmente para o pagamento dos subsídios dos/as alfabetizadores/as.

Assim, no ano seguinte, em 2013, o governo criou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que, dentre os seus objetivos, tinha como prioridade diminuir o analfabetismo no país, para garantir o desenvolvimento de Angola em vários setores, “[...] aumentando o grau de escolarização dos jovens e de adultos, em particular da população rural, de forma a elevar o nível de conhecimento e qualificação da população, promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida econômica [...]” (PND, 2013).

É preciso entender que a educação é um elemento fundamental que vai promover o crescimento do país, e o acesso à escola deve ser equitativo. Para Ávila (2008, p. 238) a “[...] problemática da aprendizagem, ou da educação ao longo da vida, atravessa não só as diferentes faixas etárias, como também as diferentes categorias sociais”. É necessário que o governo crie estratégias educacionais que garantam o acesso de todas as pessoas sem discriminação, independentemente de suas condições sociais, econômicas, religiosas, culturais ou localidade.

Ao examinar a trajetória educacional de Angola, notamos que as disparidades no acesso à educação se acentuam à medida que os alunos avançam do Ensino Primário para o Ensino Secundário, o que acontece tanto na EJA quanto no ensino regular. Essa discrepância é especialmente pronunciada quando se observa a diferença entre as áreas urbanas e rurais. Além disso, as assimetrias no acesso à educação destacam a necessidade de políticas mais inclusivas que abordem essas disparidades de forma integral.

A evolução na taxa de escolarização deve considerar não apenas os números, mas também as condições sociais e econômicas subjacentes que influenciam o acesso à educação. A desigualdade entre o meio urbano e rural transcende a questão de infraestrutura, refletindo também desafios culturais e socioeconômicos que precisam ser enfrentados de maneira articulada. Portanto, para promover uma educação equitativa e eficaz, é fundamental integrar essas dimensões no planejamento e implementação de programas educacionais.

Em termos numéricos, esse cenário indica que até o ano de 2019, para cada 100 alunos que iniciaram o ensino primário no meio urbano, aproximadamente 70% alcançaram a conclusão da 6^a classe. Enquanto no meio rural esse índice é ainda mais alarmante, com apenas cerca de 50% dos 100 alunos iniciais concluindo essa etapa, resultando em uma significativa taxa de abandono escolar ao longo do caminho (PAIA-EJA, 2019, p.3). Por outro lado, os números do I Ciclo do Ensino Secundário apresentam um cenário semelhante, onde no meio urbano, embora cerca de 100% dos alunos se candidatem ao II Ciclo, menos de 60% têm

possibilidades de ingresso. Já no meio rural, as estimativas apontam que, dos 100%, menos de 30% têm possibilidades de ingresso (PAIA-EJA, 2019, p. 3).

Esta situação é preocupante, com taxas de conclusão e ingresso baixas, especialmente no Ensino Primário e Secundário. Isso pode levar a limitações nas oportunidades de emprego e carreira dos estudantes, o que pode perpetuar a pobreza e a desigualdade socioeconómica, afetando o desenvolvimento do país.

Para se chegar à educação de qualidade, é imprescindível investir em recursos e estratégias pedagógicas inclusivas, além de assegurar a acessibilidade física e tecnológica nas escolas. Além disso, a EJA representa uma oportunidade crucial para muitos angolanos e angolanas que, por diversas razões, não tiveram acesso à educação formal na infância. O fortalecimento dessa modalidade educativa pode contribuir para a emancipação social e econômica, possibilitando à participação ativa na vida comunitária e no mercado de trabalho.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) “Educar - Angola 2030”, atualizado em 2015, trouxe o Plano de Ação para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos - Plano EJA-Angola 2019-2022, cabe destacar que este plano é atualizado a cada quatro anos. Além disso, o PNDE aborda a importância da EJA como um instrumento crucial para o desenvolvimento sustentável do país e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais (PNDE, 2015). Constatou-se um crescimento nos indicadores analisados em comparação aos dados preliminares do censo de 2014. Os resultados evidenciaram os seguintes aspectos: uma ampla adesão da população às turmas de alfabetização; um aumento na percentagem de homens atendidos, que alcançou 33%, resultado das estratégias implementadas nos últimos anos; uma taxa de desistência de 9,42%; e uma taxa de reprovação de 9,46% (Plano EJA, 2019).

Segundo Paulo Freire (2016), a educação deve ser um processo dialógico, onde educadores e educandos se envolvem em um diálogo crítico, promovendo a conscientização e a reflexão sobre a realidade social. Essa abordagem empodera os/as estudantes, permitindo que se tornem agentes ativos em sua própria aprendizagem, contribuindo assim para a superação das disparidades educacionais e a construção de um futuro mais promissor para Angola.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA: PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

No decorrer deste estudo, refletimos sobre o acesso e inclusão de jovens e adultos no sistema educacional de Angola, refletindo sobre os diversos desafios na efetivação de políticas educacionais para a EJA. O desafio reside na complexidade do processo, que abrange múltiplos fatores condicionantes, como: políticos, socioeconômicos, contextos culturais e éticos. Nesta seção, apresentaremos as reflexões da Roda de Conversa por meio de relatos de profissionais da educação do país, destacamos também a relevância do diálogo como ferramenta de formação e compartilhamento de experiências.

A Roda de Conversa foi escolhida por permitir que os participantes manifestassem simultaneamente seus conceitos, opiniões e ideias sobre a temática do estudo. Além de possibilitar um tratamento reflexivo das manifestações apresentadas pelo grupo composto por docentes e gestores do departamento de Educação de Angola. Para Adriana Moura e Maria Lima (2014, p. 101) a roda de conversa promove “[...] um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para compartilhar e ouvir, de modo que o falado, o conversado, seja relevante para o grupo”. Entendemos que a roda de conversa, proporciona o diálogo aberto e respeitoso, onde todos se sentem à vontade para trocar ideias, além da escuta aos demais participantes. O que incentiva a partilha de vivências, reforçando vínculos e reflexões expressas de forma colaborativa.

5.1 O GRUPO DE DISCUSSÃO: AMBIENTE E ATORES

A discussão foi conduzida com docentes que trabalham ou já trabalharam no subsistema de educação de jovens e adultos em Angola. A roda de conversa foi realizada via Google Meet, pois a distância entre o pesquisador e os professores impossibilitou a realização de um encontro presencial.

O processo de participação na pesquisa ocorreu da seguinte maneira: a) foram selecionados inicialmente, 7 professores de diferentes municípios de Luanda, b) foi enviada aos participantes uma carta convite onde detalhamos os objetivos do estudo e propusemos as datas possíveis para realização do encontro, para que fossem selecionadas, c) a dinâmica para a roda de conversa foi discutida no grupo do WhatsApp até alcançarmos um consenso. Inicialmente marcamos para dia 07 de abril, porém, devido a vários motivos, alguns professores não

conseguiram entrar na sala, e foi necessário remarcamos a atividade. Neste sentido, a Roda de Conversa foi realizada no sábado, dia 12 de abril de 2025.

A escolha de professores de diferentes municípios foi para perceber como cada região lida com a questão do ensino de jovens e adultos. Nesse contexto, a conversa atuou como um espaço de aprendizagem, troca de experiências e interação social, além de proporcionar insight valioso para o desenvolvimento desta pesquisa (Moura, Lima, 2014). Vale destacar que foram escolhidos docentes com mais de 30 anos de experiência na educação de adultos, juntamente com profissionais que entraram no ensino de EJA no período pós 2015, para que pudéssemos entender as dinâmicas de cada época.

Os docentes foram identificados por uma sequência numérica estabelecida como: P1, P2, P3, P4, P5, o que pode ser acompanhado na tabela abaixo:

Quadro 2 - Sobre os professores que participaram da roda de conversa

Participante	Idade	Sexo	Formação	Tempo de ensino	Função
P1	54	Masculino	Licenciado	30 anos	Professor/ Gestor
P2	41	Masculino	Licenciado	15 anos	Professor
P3	38	Masculino	Licenciado	10 anos	Professor/Gestor
P4	25	Masculino	Licenciando	4 anos	Professor
P5	30	Feminino	Licenciada	5 anos	Professora

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa.

Observamos que todos os/as profissionais participantes são licenciados, tendo idades que variam entre 25 a 54 anos, sendo apenas uma do sexo feminino, e o tempo de atuação no ensino variando entre cinco a trinta anos.

5.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Para garantir a fidelidade e a riqueza das informações geradas durante a roda de conversa, é fundamental realizar um registro cuidadoso das interações. O registro foi feito por meio de gravação de áudio e vídeo da reunião, foram feitas anotações das falas, interações e reações de cada participante. Vale lembrar que a gravação de áudio foi feita através de um instrumento interno de gravação de áudio, já o vídeo foi gravado na tela do computador simultaneamente ao áudio.

É importante destacar que a coleta de dados ocorreu em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foi realizada uma análise documental e bibliográfica, com ênfase em

documentos como a CRA, PAN-EPT, PNDE, LBSEE, o Plano EJA de Angola, PIAAE, PERA, entre outras pesquisas que evidenciam a situação da educação de jovens e adultos no país.

A partir dessa seleção, analisamos as políticas de acesso e inclusão no sistema de ensino angolano, desafios e oportunidades na educação de jovens e adultos, o que fundamentou a segunda fase. Nesta fase, foi conduzida a roda de conversa com docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de diversas cidades de Luanda, para coletar dados mais aprofundados das questões e necessidades particulares desta modalidade de ensino. Importante salientar que esta estratégia possibilitou uma avaliação mais abrangente e contextual, levando em conta as visões e vivências dos educadores participantes da roda.

5.3 A RODA DE CONVERSA: MOMENTO DE TROCA DE SABERES

Para a seleção dos participantes, adotamos três critérios distintos, visando aprimorar a qualidade das informações obtidas: a) professores com uma experiência significativa na EJA, que trazem vivências e conhecimentos práticos sobre os desafios enfrentados no passado e as estratégias de ensino utilizadas; b) professores que demonstram envolvimento ativo na comunidade e que estejam comprometidos com a educação de jovens e adultos, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo; c) professores lecionando na EJA no período pós 2015. Esses critérios foram fundamentais para assegurar uma amostra diversificada e representativa.

O diálogo com os participantes foi desafiador, já que muitos resistiram ao convite. Os principais fatores que impediram a participação foram a incompatibilidade de tempo e o difícil acesso à internet por parte dos participantes, tendo em conta as dinâmicas do país. Em um comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores em 2023, registrou 11 milhões de usuários de internet em 2023, o que é um número muito baixo considerando os mais de 30 milhões de habitantes.

O grupo foi composto por 5 docentes que aceitaram participar voluntariamente de Roda de Conversa. Para garantir o sigilo e a proteção da identidade dos participantes do estudo, foi proposta uma organização para identificação de professores, utilizando a letra "P" seguida por números de um a cinco: P1, P2, P3, P4 e P5.

Começamos o diálogo saudando a todos e agradecendo pela sua participação. O motivo do encontro foi novamente explicado a eles (pois isso já tinha sido comunicado individualmente no momento do convite). Também pedimos a permissão de todos para que uma conversa fosse registrada e filmada, garantindo a confidencialidade de todas as palavras ditas das informações

e tranquilizando-os quanto ao uso desses registros. Foram apresentadas as regras para garantir que todos pudessem falar sem interrupções. Inicialmente, os docentes estavam tímidos, mas se soltaram com o tempo, enquanto outros precisaram de incentivo do mediador para participar de forma ativa da conversa.

É relevante destacar que, na conversa com os professores, foram discutidos os seguintes pontos: a) a visão deles sobre as políticas de acesso e inclusão para jovens e adultos; b) os principais obstáculos encontrados na execução das políticas educacionais para EJA; c) o que poderia ser aprimorado em relação à inclusão e permanência dos alunos da EJA nas instituições de ensino; d) a formação contínua dos professores de EJA; e) como as políticas de acesso e inclusão auxiliam na diminuição do analfabetismo em Angola, e como elas afetam a qualidade do ensino oferecido aos jovens e adultos. As falas dos professores deram *insights* valiosos para a discussão e análise dos dados.

Após todas essas etapas, começamos o momento de apresentação, no qual cada docente apresentou seu nome, função e o período em que trabalha tanto no ensino de jovens e adultos quanto no ensino convencional. Muitos desses professores, atuam na EJA, e também no ensino regular.

O professor P1 iniciou a sua fala, destacando alguns desafios da EJA: “*embora haja avanços, muitos alunos ainda enfrentam a desistência devido a fome e a falta de apoio das escolas. A educação é muitas vezes vista como um luxo, enquanto a sobrevivência diária é a prioridade*”. Percebemos que a fome é um fator que acaba fazendo com que muitos estudantes prefiram trabalhar em detrimento de frequentar a escola.

O P2, que por sinal tem mais de 30 anos trabalhando no setor de alfabetização de adultos, acrescentou que a estrutura escolar é inadequada, e que “*historicamente as igrejas foram responsáveis pela alfabetização de adultos, não conseguem mais atender à crescente demanda*”. Com isso, é necessário que o governo assuma essa responsabilidade e crie políticas de acesso e inclusão universal. Na sua fala, o P3 trouxe uma perspectiva sobre as barreiras geográficas, indicando que “*a distância e a falta de recursos nas comunidades rurais dificultam o acesso, especialmente para mulheres e adultos*”.

Em seguida, a conversa se aprofundou nas pressões externas à escola que as estudantes e professores enfrentam. O P1 mencionou a pressão familiar e as ameaças que algumas mulheres estudantes passam, ressaltando que “*às vezes o marido da estudante vem na porta da sala gritar porque a aula está demorando muito*”. Isso não é apenas um obstáculo, mas uma verdadeira barreira à educação. No âmbito das barreiras nesse setor, o P5 complementou, dizendo que “*muitos jovens acreditam que o estudo não traz benefícios imediatos, o que é um*

desafio significativo para a motivação deles em se matricular". Corroborando com a sua fala, P2 citou um estudo recente que revelou que "a falta de perspetivas de emprego faz com que muitos vejam a educação como irrelevante". Essa diversidade de opiniões reforçou a complexidade do cenário educacional.

A conversa então se voltou para os recursos disponíveis e a formação dos professores. O P5 destacou a importância da gratuidade dos materiais didáticos e adequados a realidade dos estudantes, afirmando que "*sem os livros nas escolas, é quase impossível engajar os alunos*". Pavanelo e Lima (2017, p. 740) citam que "estudiosos da área defendem há décadas um novo modelo de educação, em que o aluno seja o protagonista e aprenda de forma mais autônoma". O P4 concordou e enfatizou também que "*a formação continuada e a contratação de novos professores são essenciais para implementar políticas eficazes*", e prosseguiu comentando sobre a necessidade de integrar tecnologias na educação de jovens e adultos, por meio de: "*videoaulas e recursos digitais podem ser ferramentas poderosas para levar a escola a comunidade*".

Este assunto criou uma discussão durante a roda, onde uns concordaram e outros não. Então comecei a fazer perguntas para os professores que concordaram com esta sugestão: como garantir que os alunos da EJA, que muitas vezes têm limitações de acesso à tecnologia, possam se beneficiar de videoaulas e recursos digitais? Em vez de investir em tecnologia, não seria mais eficaz fortalecer as habilidades pedagógicas dos professores ou ampliar o número de escolas de adultos? Como superar a desigualdade de acesso à internet e dispositivos móveis entre os alunos da EJA de zonas rurais?. Antes de tudo, precisamos de infraestrutura para que todos tenham acesso a uma escola de qualidade. Por outro lado, para as escolas rurais, as tecnologias mais adequadas devem considerar as limitações de infraestrutura e acesso à internet. Criação de kits de aprendizagem, como: kits com materiais didáticos impressos e recursos manipulativos que ajudem no ensino de diversas disciplinas, estabelecer grupos de estudo ou redes de colaboração entre escolas rurais para compartilhar recursos e experiências.

Sim, as tecnologias podem ajudar a superar as barreiras de acesso e melhorar a qualidade da educação, porém talvez não seriam eficazes para a alfabetização de jovens e adultos, principalmente em zonas rurais. Há inúmeros casos de comunidades de aprendizagem bem-sucedidas em regiões rurais que têm apresentado resultados favoráveis em outros países. Podemos destacar o modelo de alfabetização de Seychelles, que tem um sistema educacional moderno e em conformidade com as necessidades atuais e futuras, com seu programa de The Inclusive Education Policy (Política de Educação Inclusiva) criado através do Seychelles National Development Strategy (Estratégia Nacional de Desenvolvimento das Seicheles). Esse

programa estipula que “a prática de integração de alunos adultos ou com deficiência deve ser parte integrante dos planos nacionais para alcançar a educação para todos” (SNDS, 2024, p. 51). O governo de Seychelles criou um sistema educacional onde os alunos são colocados em escolas especiais apenas em circunstâncias excepcionais e sua educação não é completamente segregada.

Durante a conversa, discutiu-se também o papel da educação musical. O P4 falou sobre a importância da música nas escolas, e destacou que "*integrar a música nas aulas pode atrair mais alunos e tornar o aprendizado mais dinâmico*". Em seguida o P2 apoiou essa ideia, observando que "*a educação artística pode servir como uma ponte para a inclusão, tornando a escola um espaço mais acolhedor*". Acreditamos que essa estratégia pode funcionar de alguma forma, principalmente para os jovens, que apesar de aprender a ler e escrever na escola, poderiam aprender a tocar um ou outro instrumento e técnicas vocais.

A conversa então se direcionou para a importância de levar a escola à comunidade, com o P2 afirmando que "*precisamos levar a escola às comunidades rurais*". Em Angola, as maiores taxas de analfabetismo se verificam nas zonas rurais. Ainda o P2 enfatizou que "*precisamos aproximar a educação da realidade dos alunos, não o contrário*". Essa visão compartilhada ressalta a importância de uma abordagem comunitária na educação, onde a escola se adapta a realidade social dos alunos.

No país, a questão do acesso e inclusão no ensino de jovens e adultos ainda continua evoluindo de forma lenta. Como consequência, ainda existe no país um número considerável de pessoas que nunca frequentaram o sistema de ensino. O P2 falou sobre a criação de políticas públicas para criar o acesso para os jovens e adultos no país, ressaltando que "*sem medidas eficazes de acessibilidade, não conseguiremos avançar*". O P3 reforçou a ideia de que "*as políticas de inclusão devem ser pensadas de forma a garantir que todos, independentemente de suas condições, possam usufruir do direito à educação*".

Compreendemos que as reflexões apresentadas pelos professores, reforçam a complexidade de acesso e inclusão no sistema de ensino em Angola, especialmente no que tange ao ensino de jovens e adultos. O que demanda a atenção pelos organismos nacionais e internacionais, para uma educação de qualidade que atenda a todos/as indistintamente e com equidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam esforços significativos por parte do governo para expandir a educação, as barreiras estruturais e socioeconômicas ainda impõem desafios substanciais que dificultam a eficácia da implementação dessas políticas públicas. Como mencionado neste estudo, a implementação de novas políticas educacionais deve sempre ser acompanhada com a construção de mais infraestruturas de ensino e a contratação de novos profissionais da educação.

É fundamental que os formuladores de políticas educacionais no país adotem uma abordagem que une as iniciativas governamentais às realidades locais. Isso implica investir em infraestrutura, recursos adequados e na formação contínua de educadores, garantindo que a educação não seja apenas um direito. Este estudo, portanto, serve como um apelo à ação, enfatizando a necessidade de um compromisso coletivo para reimaginar e revitalizar o panorama educacional em Angola. Ao priorizar não apenas o acesso, mas também a qualidade do ensino, podemos criar um futuro em que todos os cidadãos, independentemente da sua origem, tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente e contribuírem para a sociedade.

Vale sublinhar que, embora haja avanços nas políticas de acesso e inclusão no sistema de ensino em Angola, os desafios permanecem em alguns níveis. Por outro lado, a fragmentação das iniciativas e a escassez de recursos no setor educacional ainda limitam a efetividade das políticas educacionais. É imperativo que o governo, em colaboração com organizações não governamentais e a sociedade civil, reforce esforços para desenvolver programas que atendam às necessidades de jovens e adultos. Além disso, promover a formação contínua de educadores e a participação ativa das comunidades é crucial para o sucesso das políticas educacionais. Portanto, recomenda-se a adoção de uma abordagem holística que considere não apenas o acesso à educação, mas também a qualidade do ensino e a inclusão social, garantindo que todos os indivíduos tenham a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, República de. Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda: Angola, 2001. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uAE1L>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ANGOLA. Constituição da República de Angola. **Diário da República**, I série, n.º 23. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

ANGOLA. Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. Estabelece a Lei de Base do Sistema de Educação. Luanda, 2001.

ANGOLA. Lei n.º 32/20, de 12 de agosto de 2020, altera a Lei n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016, I Série n.º 123. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República.** Órgão Oficial da República de Angola, Luanda.

ÁVILA, Patrícia (2008), A Literacia dos Adultos. **Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento**, Lisboa, Celta, Tese de Doutoramento. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/coFhi> Acesso em: 14 fev. 2025.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos *et al.* **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: **Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GLDSH> Acesso em: 19 ago. 2024.

CASTIANO, José P. O Currículo Local como Espaço de Coexistência de Discursos: Estudo de caso nos Distritos de Báruè, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio-Moçambique. **Revista E-Curriculum**, v. 1, n. 1, p. 0, 2005. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/HAKvU> Acesso em: 25 nov. 2024.

CODD, J. ‘A Construção e Desconstrução dos Documentos sobre Política Educativa. **Education Policy**, v. 3, p. 235-247, 1988.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NdbVJ> Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, Roseliane de Fátima Costa. **A inserção dos jovens egressos do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego no mercado de trabalho:** um estudo exploratório. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/SNExN> Acesso em: 28 set. 2024.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/eMvTK> Acesso em: 12 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**. v. 12, n. 1, 2012, p. 98-109. Disponível em:
<https://abrir.link/GBLRM> Acesso em: 20 jan. 2025.

GONÇALVES, Osvaldo. **4 milhões de angolanos não sabem ler nem escrever**. Jornal de Angola [online], Luanda, 08 set 2020. Disponível em: <https://abrir.link/PpaHO>. Acesso em: 5 fev. 2025.

INE. Instituto Nacional de Estatística (Angola). **Censo angolano de 2014**. Resultados

definitivos Recenseamento geral da população e habitação – 2014. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/> Acesso em: 13 abr. 2025.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Educação em Angola**, Luanda (Angola), p. 118. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2024.

LUDKE, Menga; **ANDRÉ**, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, 1986, 5.31 p, 38. Disponível em: <https://abrir.link/kBOTH> Acesso em: 15 nov. 2024.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, p. 185-202, 2004. Disponível em: <https://abrir.link/MNAnS> Acesso em: 16 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Angola). **Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015)**. Luanda, 2001. p. 18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Angola). **Avaliação do Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar - PAAE** - nos Municípios da Ganda e Cubal, Luanda, 2019. p. 9.

MENDES, Carolina. O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) no setor privado em Angola: o primeiro impacto interno de uma empresa. **Africana Studia 22** (2020). Disponível em: <https://abrir.link/UUnqI> Acesso em: 24 fev. 2025.

MOURA, Adriana Ferro; **LIMA**, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <https://abrir.link/ycfJB> Acesso em: 14 mar. 2025.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política educacional angolana:** organização, desenvolvimento e perspectiva, 2006. Disponível em: <https://abrir.link/AcJIG> Acesso em: 21 jun. 2024.

ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://abrir.link/rAziU> Acesso em: 13 abr. 2024.

PAVANELO, E.; **LIMA**, R. Sala de aula invertida a análise de uma experiência na disciplina de cálculo I. **Bolema**, Rio Claro, v. 31, n. 58, p. 739-759, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/czkXrB369jBLfrHYGLV4sbb/> Acesso em: 27 mar. 2025.

PAXE, Isaac Pedro Vieira. **Políticas educacionais em Angola:** desafios do direito a educação. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://abrir.link/IaldN> Acesso em: 1 abr. 2025.

PNDE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação: “Educar angola 2030”. 2015. Disponível em: <https://abrir.link/bhsWJ> Acesso em: 15 fev. 2024.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Angola: os desafios pós-guerra. Luanda: Nações Unidas, 2002. p. 26.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 2016.

SEYCHELLES. **National Development Strategy 2024 - 2028**. Seychelles: National Planning Department, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/RoIDr> Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://abrir.link/PYpBj> Acesso em: 17 dez. 2024.

ZAU, Filipe. **Angola**: trilhos para o desenvolvimento. Universidade Aberta, 2002. Disponível em: <https://abrir.link/gRObp> Acesso em: 10 dez. 2024.